

ALUMINI ENGENHARIA S.A.
("Em recuperação judicial")

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

ALUMINI ENGENHARIA S.A. (“ EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”)

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Diretores e Acionistas da
Alumini Engenharia S.A. ("Em recuperação judicial")
São Paulo - SP

Opinião adversa sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Alumini Engenharia S.A. ("Em recuperação judicial") ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, devido à importância dos assuntos descritos no parágrafo a seguir, intitulado "Base para opinião adversa sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individuais e consolidadas, da Alumini Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado das suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião adversa sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Juros e encargos moratórios sobre debêntures não reconhecidos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12, a Companhia deixou de reconhecer a despesa com juros e encargos moratórios pelo não pagamento atrelados às debêntures no montante de R\$ 324.001 mil (R\$ 68.503 mil em 31 de dezembro de 2016). Conseqüentemente, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o passivo circulante está subavaliado e o patrimônio líquido está superavaliado no referido valor, e o resultado do exercício está subavaliado em R\$ 255.498 mil.

Classificação inadequada das debêntures no passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não cumpriu com os índices financeiros mínimos estabelecidos na Cláusula nº 6.1 de "covenants" do instrumento particular de escritura da segunda emissão de debêntures simples ("debêntures"), deixando assim de ter o direito incondicional de efetuar os pagamentos classificados como não circulantes após doze meses da base das demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia dependia da deliberação futura dos debenturistas, conforme estabelecido na escritura, fato resultante, também, em virtude do processo de recuperação judicial. A Companhia não reclassificou a totalidade da dívida para o passivo circulante, conseqüentemente, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o passivo não circulante está superavaliado e o passivo circulante está subavaliado em R\$ 428.450 mil.

Classificação inadequada das contas a receber da Petrobrás no ativo circulante

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5.2, a Companhia possui R\$ 1.492.895 mil de contas a receber junto a Petrobrás, dos quais R\$ 486.000 mil está classificado como ativo circulante. O recebimento desses valores está sendo reivindicado via processo arbitral. Até a data deste relatório não houve a conclusão do processo e, não houve por meio de procedimentos alternativos, a possibilidade de estimar que o montante de R\$ 486.000 mil será recebido em doze meses após a data base das demonstrações contábeis. Consequentemente, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, concluímos que o ativo circulante está superavaliado e o ativo não circulante está subavaliado em R\$ 486.000 mil.

Receita reconhecida indevidamente

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu receita a maior em R\$ 12.063 mil, em virtude de inconsistências no cálculo do percentual de conclusão de obra (POC), percentual este, utilizado para o reconhecimento da receita. Consequentemente, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o ativo circulante, o patrimônio líquido e o resultado do exercício estão superavaliados no referido valor.

Limitação de escopo em virtude da ausência de avaliação de impairment e revisão de vida útil

A Companhia não preparou o estudo de avaliação de impairment e não realizou a revisão da vida útil de itens do ativo imobilizado que totalizam em R\$ 80.540 mil. Consequentemente, não tivemos condições de avaliar sobre a mensuração do referido valor e também sobre a depreciação reconhecida no resultado do exercício no montante de R\$ 4.760 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Conforme Nota Explicativa nº 24, em 7 de fevereiro de 2018 o juiz decretou o encerramento da Recuperação Judicial da Companhia. Não obstante, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, a Companhia ainda se encontra em situação deficitária, com prejuízos recorrentes e com geração de caixa operacional negativa, e assim, dependendo a sua continuidade operacional, do êxito nas medidas que estão sendo tomadas. Em 31 de dezembro de 2017, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas presumindo-se a continuidade normal das operações da Companhia.

Ênfase

Investigações em andamento

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.3, que menciona que está em curso uma ação penal contra executivos e ex-executivos da Companhia, na qual são apuradas possíveis condutas ilícitas em licitações da Petrobras. Considerando o fato da investigação estar em fase de instruções, outros fatos poderão vir a ser conhecidos no andamento do processo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Alumini Engenharia S.A. - “Em recuperação judicial” relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparadas originalmente antes dos ajustes identificados, descritos na Nota nº 2.2 (a), foram anteriormente auditadas por nós, e emitimos relatório em 4 de setembro de 2017, com opinião com ressalva sobre a classificação indevida das debêntures no passivo não circulante, juros não reconhecidos sobre as debêntures e ênfase de continuidade operacional.

Como parte de nossa revisão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, examinamos os ajustes nos valores correspondentes as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes e estão sendo reapresentados como previstos nos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, mudança de estimativas e retificação de erros e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionado a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião adversa. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de outubro de 2018.

ALUMINI ENGENHARIA S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Receita Líquida	19	116.158	195.482	406.729	552.944
Custo dos serviços		(86.683)	(128.777)	(390.515)	(448.339)
Depreciação		(8.421)	(15.705)	(16.937)	(25.078)
Resultado bruto		21.054	51.000	(723)	79.527
Despesas de vendas		(4.533)	(15.347)	(8.188)	(16.539)
Gerais e administrativas	20	(47.602)	(50.250)	(68.809)	(70.633)
Depreciação		(4.760)	(170)	(5.168)	(527)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(36.720)	597	(4)	(3)
Provisão para perda de investimento	9	(22)	(381)	(22)	(381)
Outras receitas e despesas, líquidas	21	(77.526)	(43.694)	(72.684)	(42.653)
Resultado operacional antes do resultado financeiro, líquido		(150.109)	(58.245)	(155.598)	(51.209)
Receitas financeiras	22	6.124	14.128	2.638	14.281
Despesas financeiras	22	(20.781)	(36.811)	(27.641)	(43.003)
Resultado financeiro, líquido		(14.657)	(22.683)	(25.003)	(28.722)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(164.766)	(80.928)	(180.601)	(79.931)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	7 (c)	-	-	(684)	(646)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	7 (c)	17.809	35.731	34.323	35.383
		(146.957)	(45.197)	(146.962)	(45.194)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(146.957)	(45.197)	(146.962)	(45.194)
Acionistas não controladores		-	-	5	(3)
Prejuízo do exercício		(146.957)	(45.197)	(146.957)	(45.197)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

ALUMINI ENGENHARIA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo do exercício	(146.957)	(45.197)	(146.957)	(45.197)
Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira	9.277	6.865	9.277	(10.600)
Resultado abrangente total	<u>(137.680)</u>	<u>(38.332)</u>	<u>(137.680)</u>	<u>(55.797)</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(137.680)	(38.332)	(137.680)	(55.797)
Resultado abrangente total	<u>(137.680)</u>	<u>(38.332)</u>	<u>(137.680)</u>	<u>(55.797)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

ALUMINI ENGENHARIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora					Total do patrimônio atribuível aos controladores	Participação de acionistas não controladores	Total
		Capital social	Reserva de lucros		Ajustes acumulados de conversão	Lucros ou (prejuízos) acumulados			
			Reserva legal	Retenção de lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2015		204.966	7.769	136.846	17.465	-	367.046	3	367.049
Destinação do resultado de 2016									
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(45.197)	(45.197)	3	(45.194)
Reservas estatutárias	18.b	-	-	(45.197)	-	45.197	-	-	-
Outros resultados abrangentes:									
Ajuste de conversão de moeda estrangeira		-	-	-	(10.600)	-	(10.600)	-	(10.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		204.966	7.769	91.649	6.865	-	311.249	6	311.255
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(146.957)	(146.957)	(3)	(146.960)
Reservas estatutárias		-	(7.769)	(91.649)	-	99.418	-	-	-
Ajuste de conversão de moeda estrangeira		-	-	-	2.412	-	2.412	-	2.412
Saldos em 31 de dezembro de 2017	17	204.966	-	-	9.277	(47.539)	166.704	3	166.707

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

ALUMINI ENGENHARIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos	(164.766)	(80.928)	(180.601)	(79.931)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	13.181	15.875	22.104	25.605
Receitas financeiras líquidas	10.542	4.810	10.543	4.810
Provisões para contingências	8.606	28.749	8.547	28.669
Ajuste de conversão de balanço do exterior	-	-	2.412	(10.600)
Ajuste de Perda Estimada de Crédito de Liquidação Duvidosa	4.499	15.238	4.499	15.422
Ajuste/(Reversão) de perda de notas de créditos	876	(1.519)	876	(1.519)
Ajuste de perda de adiantamento a fornecedores	9.767	(20.699)	9.767	(20.699)
Provisão de perda de investimentos	22	381	22	381
Resultado de equivalência patrimonial	36.720	(597)	4	3
	<u>(80.553)</u>	<u>(38.690)</u>	<u>(121.827)</u>	<u>(37.859)</u>
Aumento/(diminuição) nos ativos				
Contas a receber de clientes e outros créditos	(25.869)	(14.190)	6.309	38.195
Ativo fiscal corrente	3.165	3.746	1.338	4.253
Adiantamento a fornecedores	(18.716)	1.960	(9.904)	1.758
Pagamentos antecipados	(699)	205	(722)	239
Aumento/(diminuição) nos passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar	23.953	20.834	49.998	20.656
Salários, férias e encargos sociais	(7.112)	33.509	(7.349)	33.237
Contribuições e impostos a recolher e impostos parcelados	62.989	(7.744)	67.386	(5.332)
Adiantamentos de clientes	26.632	(3.971)	20.382	(28.468)
Credores em recuperação judicial	(23.609)	(39.733)	(23.609)	(39.733)
	<u>40.734</u>	<u>(5.384)</u>	<u>103.829</u>	<u>24.805</u>
Imposto de Renda e na Contribuição Social pagos	-	-	-	(13.415)
Juros de empréstimos pagos	-	348	-	3.299
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(39.819)</u>	<u>(43.726)</u>	<u>(17.998)</u>	<u>(23.170)</u>
Fluxos de caixa de atividades de investimento				
Alienação de investimento, imobilizado e intangível	1.811	1.458	2.429	5.067
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(5.527)	(1.034)	(9.249)	(14.499)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(3.716)</u>	<u>424</u>	<u>(6.820)</u>	<u>(9.432)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	51.133	46.335	51.133	58.877
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1.925)	(2.883)	(21.260)	(41.576)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>49.208</u>	<u>43.452</u>	<u>29.873</u>	<u>17.301</u>
Aumento líquido/(diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	<u>5.673</u>	<u>150</u>	<u>5.055</u>	<u>(15.301)</u>
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	598	448	5.077	20.378
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	6.271	598	10.132	5.077
Aumento líquido/(diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	<u>5.673</u>	<u>150</u>	<u>5.055</u>	<u>(15.301)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Alumini Engenharia S.A. (“Companhia”), com sede em São Paulo é uma sociedade por ações, de capital fechado, foi constituída em 29 de janeiro de 1988, atuando no segmento de infraestrutura, tendo como objetivo atuar como integradora de projetos, obras e serviços ligados ao setor elétrico, de telecomunicações, óleo e gás, ampliando gradativamente a participação em outros segmentos da engenharia e construção civil, com obras desenvolvidas no Brasil e no exterior.

A companhia desde seu início, sempre foi reconhecida pela qualidade dos seus serviços, o que a fez ganhar inúmeros prêmios e o reconhecimento de clientes do porte da Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte Brasil S.A. Furnas - Centrais Elétricas S.A. e Petrobras.

Desde a década de 90, a Companhia se dedicou à expansão internacional com a conquista de diversos contratos na área de energia nos Estados Unidos, Chile, Argentina e na Costa Rica. A Companhia possui mais de 1,7 mil empregados, tendo construído mais de 65.000 km de linhas de distribuição, mais de 15.000 km de linhas de transmissão, mais de 120 subestações de energia e aproximadamente 1GW de capacidade instalada em geração de energia. No setor de óleo e gás, a Companhia participou de mais de 8 grandes projetos em refinarias, unidades de tratamento de gás e complexos petroquímicos, envolvendo valores superiores a R\$ 8 bilhões.

1.1. Síntese da crise financeira

Em decorrência da sua estratégia de buscar oportunidades no mercado de infraestrutura no Brasil, aliado ao crescimento do ciclo do petróleo, a Alumini expandiu suas atividades para o setor de óleo e gás, tendo como principal contratante a Petrobrás. Neste aspecto, deve-se ressaltar que o histórico de contratos e os pagamentos de uma empresa com risco soberano (União) não geravam dúvidas quanto a sua capacidade de pagamento e respectivo cumprimento dos contratos que foram celebrados. Com efeito, a Alumini foi contratada pela Petrobrás para executar obras de grande porte no COMPERJ, Estado do Rio de Janeiro, na RLAM - Refinaria Landulpho Alves de Maracaípe, Estado da Bahia, e na RNEST - Refinaria de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco, sendo esta última a maior obra do setor de óleo e gás do Brasil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No início, os contratos celebrados com a Petrobrás estavam corretamente dimensionados ao seu custo e ao seu resultado. Entretanto, inúmeras alterações nos projetos iniciais das obras contratadas realizadas unilateralmente por ela, acabaram por gerar substancial desequilíbrio econômico financeiro desses contratos, prejudicando a rentabilidade inicialmente planejada, consumindo grande parte do capital de giro da Alumini. Com isso, a Alumini teve que recorrer aos bancos e fornecedores para reequilibrar o seu fluxo de caixa, aumentando o seu endividamento e o seu custo financeiro.

O maior problema enfrentado pela investida se concentrou no contrato celebrado com a Petrobrás na obra da RNEST - Refinaria Abreu e Lima, no Estado de Pernambuco. Nesta obra, a Petrobrás alterou dezenas de vezes o projeto inicial, impedindo a Alumini de proceder a um planejamento e controle de tempo adequado e impondo a continuidade dos trabalhos em moldes não contratados, sempre sob a premissa de que as alterações teriam sido necessárias e que seriam feitos aditamentos para ajustar estas alterações. Mas, os projetos continuaram a ser alterados e os aditamentos nunca ocorreram na exata medida das suas alterações, de modo que tais custos adicionais foram arcados unicamente pela Alumini.

Isto importou na majoração dos custos inicialmente orçados e impediu o ganho de escala inicialmente planejado pela investida, perda de produtividade, retrabalhos, atrasos, encarecendo as suas atividades e atingindo de modo substancial o orçamento inicial da obra.

Além disso, considerando que a Alumini se manteve mobilizada no canteiro da referida obra com aproximadamente seis mil funcionários, tendo ainda adquirido materiais e locado diversos equipamentos, não era possível suspender as atividades até a formalização dos aditivos. Por isso, acabou por dar continuidade na obra conforme os pedidos da Petrobrás, para não prejudicar o seu cronograma, as medições e os pagamentos respectivos daquilo que estava sendo feito, ainda que o fosse com perda de rentabilidade.

Assim, a Alumini deu continuidade às atividades que a Petrobrás, paulatinamente, autorizava, media e pagava, de modo a gerar receitas para manutenção do custo de mobilização. No entanto, a situação financeira se agravou no final de 2014, em razão da falta de recursos da investida Alumini para o pagamento dos salários dos seus colaboradores na obra da RNEST - Refinaria Abreu e Lima, no Estado de Pernambuco, eis que a Petrobrás passou também a reter as receitas mensais que ela teria direito a receber.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em razão da retenção destas receitas, a investida não teve os recursos necessários para pagar os salários dos seus funcionários e manter a referida obra, o que motivou a distribuição de ação de rescisão indireta do contrato de trabalho de mais de seis mil funcionários pelo Ministério público do trabalho. Nesta ação, novamente, a Petrobrás se comprometeu a pagar àquilo que era devido à Companhia para o seu repasse aos seus funcionários, o que motivou um acordo desta com os seus funcionários. Todavia, como a Petrobrás, mais uma vez, não cumpriu com as suas promessas, tal acordo foi descumprindo, o que levou a investida ao seu total colapso financeiro, eis que suas contas correntes foram bloqueadas pelo não pagamento deste acordo. Portanto, como ela estava impedida de fazer e receber pagamentos, ela não teve outra alternativa senão a distribuição da sua recuperação judicial e a distribuição de cobranças de créditos superiores a 1,5 bilhões de reais contra a Petrobrás.

Nesse sentido, a Administração da Alumini, no segundo semestre de 2014, envidaram esforços no sentido de discutir com seus principais credores uma reestruturação de sua dívida com vistas a adequar os seus compromissos a sua geração de caixa.

Em conexão com esses procedimentos, em 2015, a Companhia entrou com o pedido de recuperação judicial, conforme Nota nº 1.2 - Recuperação judicial.

1.2. Plano de recuperação

Em virtude da situação econômico financeira, conforme comentado acima, a Alumini protocolou em 15 de janeiro de 2015 o pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido em 20 de janeiro de 2015 e aprovado na Assembleia Geral de Credores da Companhia em 25 de setembro de 2015 e homologado pelo juiz em 3 de novembro de 2015, conforme detalhado na Nota nº 14 - Credores em Recuperação Judicial.

O plano de recuperação judicial tem os seguintes objetivos:

- Preservar a Alumini como entidade econômica geradora de empregos, tributos e riquezas, assegurando o exercício da sua função social e econômica;
- Permitir a superação da crise econômico financeira deflagrada pelo não pagamento dos seus créditos pela Petrobrás e o descasamento de seu fluxo de caixa com o vencimento de suas obrigações;
- Reestruturar as suas operações e dimensioná-las ao seu fluxo de caixa;

ALUMINI ENGENHARIA S.A. (“ EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ”)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Atender os interesses dos seus credores de forma a proceder o pagamento dos seus créditos por meio de uma estrutura de pagamentos compatível com o seu potencial de geração de caixa.

Diante desses fatores, os principais pilares que mantem a Alumini, diante da situação atual são:

- Expressiva redução de custos diretos e indiretos, através de uma reestruturação como redução de pessoal, corte de gastos;
- Renegociação de prazos e valores com os credores;
- Diversificação da carteira de clientes;
- Prospecção de novos negócios.

A Administração avalia que com o sucesso dessas ações e com a aprovação do plano pelos credores é plenamente viável a continuidade operacional da investida e de suas controladas, conforme detalhado na Nota nº 15 - Credores em recuperação judicial.

Ressaltamos também que a Alumini não conta apenas com atividades no território nacional, haja vista também possuir investimento no Chile e Argentina.

No Chile, a Companhia está realizando 6 (seis) obras, e tem outras 2 (duas) obras já finalizadas, que juntas perfazem um backlog de R\$ 132.337, conforme demonstrado abaixo:

Contrato	Total Contrato	%	Início da Obra	Termínio da Obra	A Receber	% a Receber
ELETRANS - CUILQUINTA/SAESA LT 220 KV LO AQUIRRE - ALTO MELIPILLA	48.216	100,00%	set/13	ago/19	47.292	98,1%
E-CL - LT 2 x 110 kv TOCOPILLA - TAMAYA	27.553	100,00%	dez/13	abr/18	431	1,6%
ELETRANS - CHILQUINTA/SAESA - NUEVA LT 1 x 220 KV ALTO MELIPILLA	33.960	100,00%	dez/13	nov/18	36.594	107,8%
ANGLO AMERICAN - ANGLO VII - MANTENCION ELÉTRICA DE PLANTA LOS BRONCES	97.406	100,00%	abr/14	abr/19	29.757	30,6%
SITRAMEL - BHP - LT 2 x 220 Kv SITRAMEL	234.154	100,00%	set/14	jun/16	410	0,2%
SAESA - LT 2 x 220 Kv SAN FABIÁN - ANCOA Y OBRAS ASOCIADAS	142.554	100,00%	jan/15	fev/19	10.944	7,7%
OBRAS DE MONTAJE INDUSTRIAL : ESSBIO 5 / 6 / 7 / 8 ; OXIQUM FENOL ; ESO PARANAL ; NUEVOSUR ; SONACOL ; ENAMI	60.454	100,00%	jan/14	jun/16	2.804	4,6%
SAESA - EPC LT 2 x 220 KV & SUBESTACIONES - ENCUESTRO - NUEVA CRUCERO	69.322	100,00%	out/15	out/19	4.104	5,9%
TOTAL CHILE (Em R\$ mil)	713.617				132.337	18,5%

ALUMINI ENGENHARIA S.A. (“ EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ”)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na Argentina, a Companhia encontra-se em franca expansão, sendo que uma obra está em execução e quatro já finalizadas, que juntas perfazem um backlog de R\$ 55.094, conforme demonstrado abaixo:

Contrato	Participação em R\$ no Contrato	% Participação	Início da Obra	Término da Obra	A Receber	% a Receber
LAT 132kV Tres Isletas / Juan J. Castelli + ET 132/33/13,2kV Juan J. Castelli - Provincia de Chaco	29.219	100,00%	abr/14	out/15	4.570	15,64%
LAT 132kV ET 500/132kV Gran Parana + ampl. ET 132/33/13,2kV	17.396	100,00%	out/14	jan/16	10.433	59,97%
ET 132/33/13,2 Kv Bolivar - Provincia Buenos Aires	19.876	50,00%	dez/12	abr/14	8.392	42,22%
Servicio Integral de Mejora y Mantenimiento del Alumbrado Publico y su Sistema Integral de Telerreccion	25.396	55,00%	ago/16	ago/19	22.288	87,76%
Ampliacion ET 500/132kV Gran Formosa - Instalacion de Nuevo Trafo 500/132kV - 300MVA - Provincia de Formosa	11.763	50,00%	set/16	out/17	9.411	80,01%
TOTAL ARGENTINA (Em R\$ mil)	103.650				55.094	53,15%

No Brasil, a Companhia está realizando seis obras que juntas totalizam um backlog de R\$ 225.833 conforme demonstrado abaixo:

Contract	Total amount (th)	% Share	Proportional amount	Project Launch	Project Conclusion	To bill	To go	Expected Margin
STATE GRID - XRTE LOTE 6 (BELO MONTE 2) - 251,8 Km - TO/PA	161.000	33,33%	53.667	ago/15	mai/19	32.200	60,0%	12,0%
STATE GRID - XRTE LOTE 7 (BELO MONTE 2) - 251,8 Km - GO/MG	161.000	33,33%	53.667	ago/15	mar/19	32.200	60,0%	12,0%
STATE GRID - XRTE LOTE 1 (BELO MONTE 2) - 251,8 Km - PA	210.000	33,33%	70.000	out/15	mai/19	45.500	65,0%	12,0%
STATE GRID - XRTE LOTE 11 (BELO MONTE 2) - 183 Km - RJ	199.000	33,33%	66.333	abr/18	mai/19	66.333	100,0%	15,0%
STATE GRID - TP2 LOTE C - (TELES PIRES) - 298 Km - MT	220.000	33,33%	73.333	nov/16	jan/19	44.000	60,0%	12,0%
STATE GRID - TP2 LOTE O - (TELES PIRES) - 298 Km - MT	112.000	33,33%	37.333	nov/16	jun/18	5.600	15,0%	12,0%
TOTAL BRASIL (In R\$ Thousands)	1.063.000		354.333			225.833	63,7%	12,6%

Ainda no Brasil, a Companhia está vendendo parte do seu Ativo Imobilizado afim de gerar Fluxo de Caixa e evitar futuros custos de Opex. Além dessa entrada de recursos, a Companhia vem captando financiamentos a título de DIP Financing para cumprimento no Plano de Recuperação Judicial nos pagamentos da Classe I - Trabalhista, tendo como garantias fiduciárias parte dos Pleitos Reivindicados junto a Petrobrás.

2. Políticas contábeis adotadas

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais da Companhia e suas controladas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas demonstrações contábeis individuais a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos quotistas da controladora. As notas explicativas se referem às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pelos Administradores e diretores da Companhia em 24 de outubro de 2018.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Contingências;
- Investimentos;

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis brasileiras adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas adotaram algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota nº 5);
- Provisão para perda de investimento (Nota nº 9.c);
- Provisão para contingências (Nota nº 17);

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No entendimento da administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

(a) Nota de Reclassificação Ativos e Passivos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia a partir da melhoria contínua de seus processos de controles internos, identificou a necessidade de reclassificar o saldo de IRPJ e CSLL diferidos em 31 de dezembro de 2016 entre ativo e passivo que foram inicialmente compensados, no entanto, não atendia a exigência para a compensação conforme previsto no CPC 32 - Tributos sobre lucro. Estas demonstrações estão sendo reapresentadas conforme determina o CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ajustes decorrentes da reclassificação estão demonstrados nos quadros abaixo, cujos os mesmos ajustes refletiram nas colunas das demonstrações consolidadas.

	Controladora		
Ativo	2016	Ajustes	2016 Reapr.
Não Circulante			
Ativo fiscal diferido	-	211.481	211.481
	Controladora		
Passivo	2016	Ajustes	2016 Reapr.
Não Circulante			
Passivo fiscal diferido	2.972	211.481	214.453
	Consolidado		
Ativo	2016	Ajustes	2016 Reapr.
Não Circulante			
Ativo fiscal diferido	4.742	211.481	216.223
	Consolidado		
Passivo	2016	Ajustes	2016 Reapr.
Não Circulante			
Passivo fiscal diferido	2.972	211.481	214.453

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 10 - Imobilizado;
- Nota nº 11 - Empréstimos e Financiamentos.

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro está, incluída na seguinte nota explicativa:

- Nota nº 5 - Contas a receber de clientes e outros créditos;
- Nota nº 7.b - Ativo fiscal diferido;
- Nota nº 9 - Investimento;
- Nota nº 17- Provisão para contingências;

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e suas controladas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, somados aos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro, pelo custo ou pelo custo amortizado, quando esses instrumentos financeiros são classificados de acordo com sua data de liquidação (mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis).

a) Base de consolidação

- Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros (prejuízos) acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros e prejuízos não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;

A data base das informações das controladas incluídas na consolidação é coincidente com a da controladora.

b) Moeda estrangeira

- Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido.

c) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem, caixa e equivalentes, contas a receber de clientes, outros créditos, partes relacionadas, entre outros.

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com prazo de vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

- Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2017 e 2016.

- Capital social

Ações ordinárias nominativas são classificadas como patrimônio líquido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto e quando consignados ao final do exercício, são reconhecidos como passivo.

d) Imobilizado

▪ Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperáveis (impairment) acumuladas, quando necessária.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

▪ Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

▪ Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Os terrenos não são depreciados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão demonstradas na Nota nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e suas controladas sobre condições de que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia e suas controladas assumem os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.

g) Benefícios a empregados

▪ Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando está comprovadamente comprometido, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data-base das demonstrações contábeis, então eles são descontados aos seus valores presentes.

▪ Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Custo de transação na emissão de títulos

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

i) Receita operacional

- Contratos de construção (serviços)

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais (aditivos de contratos), ajustes de preços, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do custo incorrido da obra, aplicando a margem esperada do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. Para os casos em que o faturamento supera o valor da receita reconhecida no resultado pelo custo incorrido é registrado no passivo como receita diferida. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

j) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

k) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre mútuos e variação cambial com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício'. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

n) Determinação de valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

o) Mudança em políticas contábeis

1) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1º de janeiro de 2017

Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez para períodos que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2017 que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 1º de janeiro de 2017 resultaram em impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

2) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2017

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9 Financial instruments, o IFRS 15 Revenue from contracts with customers e o IFRS 16 Leases. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da Companhia no futuro.

IFRS 9 Financial Instruments:

O IFRS 9 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de “Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes”, sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

IFRS 15 Revenues from contracts with customers

O IFRS 15 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

IFRS 16 Leases

O IFRS 16 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases - Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Os efeitos do IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers e IFRS 9 Financial Instruments ainda estão sob análise da administração da Companhia.

ALUMINI ENGENHARIA S.A. (“ EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ”)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	29	115	266	153
Bancos - Depósitos à vista	399	476	2.938	3.989
Aplicações Financeiras	5.843	7	6.928	935
	<u>6.271</u>	<u>598</u>	<u>10.132</u>	<u>5.077</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, com remuneração equivalente a 100% da taxa média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) de um dia. Essas aplicações podem ser resgatadas imediatamente pela Companhia e suas controladas sem quaisquer descontos ou multa, ou seja, possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber de clientes e outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Duplicatas a receber	41.984	28.090	76.330	88.654
Retenções de clientes	124	124	24.627	124
Medições a Faturar	1.604.274	1.590.531	1.615.524	1.600.426
(-) Adiantamento de clientes	(93.137)	(93.137)	(112.074)	(93.150)
(-) Perda Estimada de Crédito de Liquidação Duvidosa	(25.086)	(20.587)	(25.090)	(20.827)
Partes relacionadas (nota 6)	18.740	28.156	20.511	51.224
Outras contas a receber	54.817	48.045	63.593	48.654
	<u>1.601.716</u>	<u>1.581.222</u>	<u>1.663.421</u>	<u>1.675.105</u>
Circulante	594.821	561.901	651.779	632.587
Não Circulante	1.006.895	1.019.321	1.011.642	1.042.518

5.1. Movimentação da Perda Estimada de Créditos e Liquidação Duvidosa (PECLD)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	20.587	5.349	20.827	5.429
Adições	4.499	15.238	4.263	15.398
Reversões	-	-	-	-
Saldo Final	<u>25.086</u>	<u>20.587</u>	<u>25.090</u>	<u>20.827</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A exposição a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes e a outras contas, exceto trabalhos de construção em andamento, são divulgadas na Nota nº 23.

5.2. Pleitos reivindicados junto a Petrobrás

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Medições a faturar - Petrobrás (a)	1.586.032	1.586.032	1.586.032	1.586.032
Medições a faturar - demais clientes	18.242	4.499	29.492	14.394
	<u>1.604.274</u>	<u>1.590.531</u>	<u>1.615.524</u>	<u>1.600.426</u>
Medições a faturar - Petrobrás	1.586.032	1.586.032	1.586.032	1.586.032
Adiantamento de clientes - Petrobrás	<u>(93.137)</u>	<u>(93.137)</u>	<u>(93.137)</u>	<u>(93.150)</u>
Saldo líquido a receber	1.492.895	1.492.895	1.492.895	1.492.882

(a) Medições a faturar - Petrobrás

As medições a faturar junto a Petrobrás representam os valores da quantia inicial da receita contratual e as variações de solicitações adicionais.

No caso da Petrobrás, as variações da receita inicial contratada envolveram alterações no Projeto Básico (de responsabilidade da Petrobrás) disponibilizado no momento do processo licitatório, acréscimo de escopo com inclusões de equipamentos e/ou sistemas inteiros, não reajuste das alterações em quantidades determinadas (acréscimos de matérias), apesar de cláusula contratual que prevê o reajuste imediato destas quantidades assim que identificadas.

Os pedidos incluíram também os impactos de improdutividade no empreendimento, comprovadamente apresentados pela controlada Alumini como resultante dos diversos impedimentos da Petrobrás quanto ao prosseguimento do empreendimento pelo Consórcio (não liberação de área, burocratização desmedida e imprevisível, atraso no fornecimento de materiais e equipamentos de sua responsabilidade, ingerências provocadas por sua ostensiva fiscalização, entre outros) e ainda foram incluídos pedidos provenientes de alterações em tributos sociais.

ALUMINI ENGENHARIA S.A. (“ EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ”)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os processos arbitrais referentes aos pleitos CAFOR e SNOX encontram-se na fase Pericial de Engenharia, fase avançada do processo, e a expectativa positiva para fim das reivindicações desses processos são 4º trimestre 2018 e 1º trimestre de 2019, respectivamente.

As informações dos pleitos reivindicados junto a Petrobrás estão sendo divulgadas na Nota nº 1.1.

6. Partes relacionadas

Ativo Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Operações de mútuos e cessões de crédito				
Quaatro Participações S.A.	3.469	13.572	3.469	13.572
AGT Com. Var. Equip. Mat. Constr. Ltda	3.382	3.213	3.382	3.213
Green Luce Soluções e Energéticas S.A.	1.861	1.846	1.861	1.846
Quaatro SP - Construções e Montagens S.A.	3.825	3.002	3.825	3.002
Alumini Participações S.A.	2	2	2	2
Outros mútuos	-	-	3.749	23.068
Total de mútuo e cessões de crédito	12.539	21.635	16.288	44.703
Alta Energia S.A.	4.223	4.223	4.223	4.223
Alusa Ingeniería Ltda - Sucursal Argentina	1.978	2.298	-	2.298
Total de outras contas a receber	6.201	6.521	4.223	6.521
Total ativo de Partes relacionadas	18.740	28.156	20.511	51.224
Passivo Não Circulante				
Operações de mútuos				
Alusa Ingeniería Centroamerica S.A.	10.095	9.664	474	185
Alumini Ingeniería Ltda - Chile	20.923	19.337	-	-
Alusa Ing. Ltda - Sucursal Argentina	41	47	-	-
Quaatro Participações S.A. - Chile	-	-	3.872	-
Outros mútuos	-	-	436	17
Total de mútuo	31.059	29.048	4.782	202
Quaatro Participações S.A.	21.000	21.000	21.000	21.000
Total de AFAC	21.000	21.000	21.000	21.000
Total passivo de Partes relacionadas	52.059	50.048	25.782	21.202

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

▪ Contrato de mútuo

Os contratos de mútuo entre as empresas possuem remuneração correspondente de 3% a 6% a.a. Não existem projetos ou outras receitas e despesas com empresas do grupo. Principais transações com empresas ligadas que afetaram o resultado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras				
Juros sobre mútuos	195	184	-	184
Variação cambial sobre mútuos	3.268	10.270	88	7.821
	<u>3.463</u>	<u>10.454</u>	<u>88</u>	<u>8.005</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre mútuos	(1.278)	(1.084)	(1.073)	(911)
Variação cambial sobre mútuos	(3.424)	(5.804)	(2.706)	(5.804)
	<u>(4.702)</u>	<u>(6.888)</u>	<u>(3.779)</u>	<u>(6.715)</u>
Total resultado financeiro	<u>(1.239)</u>	<u>3.566</u>	<u>(3.691)</u>	<u>1.290</u>

▪ Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e suas controladas incluem o presidente e os diretores e contemplam salários, honorários e benefícios variáveis. A Companhia e suas controladas apresentam, no quadro a seguir, informações sobre remuneração chave da administração em:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração da administração/diretoria	1.968	2.940	1.968	2.940
	<u>1.968</u>	<u>2.940</u>	<u>1.968</u>	<u>2.940</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

▪ Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrada pelo Itaú seguros e previdência, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, vale transporte, fornecimento de refeições prontas e vale refeições. Em 31 de dezembro de 2017, os benefícios acima representaram no Consolidado - R\$ 1.875 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 1.920).

7. Ativo fiscal corrente e passivo diferido

a) Composição do ativo fiscal corrente

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ICMS a compensar	20.247	20.247	20.247	20.247
COFINS/PIS a compensar	2.030	2.030	2.030	2.030
INSS a compensar	22.463	22.973	22.463	22.973
Retenção de IRRF s/ prestação de serviços	135	-	135	-
Retenção de CSLL s/ prestação de serviços	90	-	90	-
CSLL a compensar	1.195	1.089	1.195	1.089
IRPJ a compensar	26.002	28.779	26.065	28.779
IRRF s/ mútuo	2.132	2.088	2.132	2.088
Outros	46	299	8.685	7.174
(-) Provisão de transferência de ICMS	(20.135)	(20.135)	(20.135)	(20.135)
	<u>54.205</u>	<u>57.370</u>	<u>62.907</u>	<u>64.245</u>

b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) aos prejuízos fiscais e às bases negativas, que não possuem prazo prescricional, mas têm o seu aproveitamento limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis, (ii) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos tiveram a seguinte origem:

ALUMINI ENGENHARIA S.A. (“ EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ”)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
(controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora

Ativo	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	29.286	10.620	68.320	24.944
Perda Estimada de Adiantamento de Fornecedores	9.279	3.341	6.837	2.461
Perda Estimada de Crédito de Liquidação Duvidosa	6.271	2.257	5.147	1.853
Provisão de Fee	7.250	2.610	7.250	2.610
Perda Estimada de Estoque	49.471	17.810	49.471	17.810
Provisão para contingência	17.966	6.468	15.876	5.715
Provisão para Perda de Investimento	2.205	794	2.200	792
Outras Provisões	437	157	143	52
Total	122.165	44.057	155.244	56.237
Ativo fiscal diferido		166.222		211.481
Passivo	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Diferimento do lucro	148.565	53.484	148.397	53.422
Depreciação do imobilizado	9.290	3.344	9.290	3.344
Total	157.855	56.828	157.687	56.766
Passivo fiscal diferido		214.683		214.453

Consolidado

Ativo	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	29.286	10.620	68.320	24.944
Perda Estimada de Adiantamento de Fornecedores	11.460	4.127	6.837	2.461
Perda Estimada de Crédito de Liquidação Duvidosa	6.271	2.257	5.207	1.875
Provisão de Fee	7.250	2.610	7.250	2.610
Perda de cliente Transchile	5.150	1.854	5.852	2.107
Perda Estimada de Estoque	49.471	17.810	49.471	17.810
Provisão para contingência	17.966	6.468	15.876	5.715
Antecipação de clientes	1.912	688	7.083	2.550
Provisão perda tributária	9.232	3.324	-	-
Provisão para Perda de Investimento	2.205	794	2.200	792
Outras Provisões	5.496	1.979	227	82
	145.699	52.531	168.323	60.946
Reclassificação	(6.485)	(2.335)	(9.593)	(3.453)
Total	139.214	50.196	158.730	57.493
Ativo fiscal diferido		189.410		216.223

ALUMINI ENGENHARIA S.A. (“ EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ”)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
(controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Diferimento do lucro	148.565	53.484	148.398	53.422
Provisão de crédito de contrato				
Depreciação do imobilizado	14.930	5.374	9.290	3.344
Outras Provisões	845	305	9.592	3.453
	<u>164.340</u>	<u>59.163</u>	<u>167.280</u>	<u>60.219</u>
Reclassificação	<u>(6.485)</u>	<u>(2.335)</u>	<u>(9.593)</u>	<u>(3.453)</u>
Total	157.855	56.828	157.687	56.766
Passivo fiscal diferido		<u>214.683</u>		<u>214.453</u>

De acordo com o Pronunciamento CPC nº 32 - Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Resolução CFC nº 1.189/09, a Companhia e suas controladas fundamentam o registro contábil dos seus créditos fiscais na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico. Caso apresentem fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas serão revisadas durante o exercício social corrente.

A realização das diferenças temporárias, além de ocorrer em função dos resultados projetados, depende também da conclusão dos fatos contábeis ou das ações judiciais que lhes deram origem.

Os impostos diferidos passivos são provenientes de:

- Diferimento do lucro sobre os contratos de prazo de vigência superior a doze meses, firmados com pessoa jurídica de direito público ou empresa sob seu controle, empresa pública, sociedade de economia mista ou sua subsidiária;
- Mudança da vida útil do ativo imobilizado em relação a taxa fiscal de depreciação.

ALUMINI ENGENHARIA S.A. (“ EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ”)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Conciliação da taxa efetiva

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, para os seus valores correspondentes na demonstração de resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes dos impostos	(164.766)	(80.928)	(180.601)	(79.931)
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(56.020)	(27.516)	(61.404)	(27.177)
Ajuste para apuração da alíquota efetiva				
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	73.829	63.247	95.043	61.914
Efeito IR e CS no resultado	17.809	35.731	33.639	34.737
IR e CSLL corrente	-	-	(684)	(646)
IR e CSLL diferido	17.809	35.731	34.323	35.383
	<u>17.809</u>	<u>35.731</u>	<u>33.639</u>	<u>34.737</u>

8. Adiantamento a fornecedores de serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento a fornecedores nacionais	65.684	51.985	70.626	51.985
Adiantamento a fornecedores no exterior	5.017	-	14.173	22.910
(-) Perda Estimada de adiantamento a fornecedores	(37.117)	(27.350)	(37.117)	(27.350)
	<u>33.584</u>	<u>24.635</u>	<u>47.682</u>	<u>47.545</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	27.350	48.049	27.350	48.049
Adições	9.767	21.935	9.767	21.935
Reversões	-	(42.634)	-	(42.634)
Saldo Final	<u>37.117</u>	<u>27.350</u>	<u>37.117</u>	<u>27.350</u>

ALUMINI ENGENHARIA S.A. (“ EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ”)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações contábeis em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

a) Dados sobre as participações

	Participação	Quantidade de ações/quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Despesas	Lucro ou (prejuízo)	Provisão Perda de Investimento	Equivalência patrimonial
Alumini Ingeniería Ltda. (Chile)	99,99%	284.999	84.989	96.230	181.219	123.312	930	124.242	56.977	331.095	(331.081)	14	-	14
Alusa Ing. Centroamerica S.A. (Costa Rica)	100,00%	2	1.512	9.479	10.991	336	-	336	10.655	-	-	-	-	-
Alusa Eng. Ltda Suc. Argentina	100,00%	-	18.462	368	18.830	13.915	2.722	16.637	2.193	29.860	(29.316)	544	-	544
Obras Civiles Andinas S.A. (Argentina)	21,17%	318	310	-	310	28	-	28	282	-	(11)	(11)	-	(3)
Alusa Ing. Ltda. (Argentina)	94,00%	47.000	51	20	71	28	17	45	26	323	(278)	45	28	42
AGT Com. Var. de Equip. e Mat. de Construção Ltda.	33,34%	12.000	669	-	669	18.350	2.830	21.180	(20.511)	-	(42)	(42)	(13)	-
Alumpe Com. Var. de Equip. e Mat. de Construção Ltda.	50,00%	12.000	9	-	9	2.568	-	2.568	(2.559)	-	(578)	(578)	(289)	-
Green Luce Soluções Energéticas S.A.	50,98%	5.098	1.212	2.378	3.590	2.711	2.217	4.928	(1.338)	9	(222)	(213)	(107)	-
Saldos em 31/12/2016			107.214	108.475	215.689	161.248	8.716	169.964	45.725	361.287	(361.528)	(241)	(381)	597

	Participação	Quantidade de ações/quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Despesas	Lucro ou (prejuízo)	Provisão Perda de Investimento	Equivalência patrimonial
Alumini Ingeniería Ltda. (Chile)	99,99%	284.999	47.573	80.274	127.847	122.705	7.901	130.606	(2.759)	223.863	(284.132)	(60.269)	-	(37.530)
Alusa Ing. Centroamerica S.A. (Costa Rica)	100,00%	2	1.535	9.684	11.219	405	-	405	10.814	-	-	-	-	-
Alusa Eng. Ltda Suc. Argentina	100,00%	-	34.728	399	35.127	30.235	2.274	32.509	2.618	40.912	(40.090)	822	-	822
Obras Civiles Andinas S.A. (Argentina)	21,17%	318	254	-	254	23	-	23	231	-	(11)	(11)	-	(4)
Alusa Ing. Ltda. (Argentina)	94,00%	47.000	173	17	190	36	140	176	14	268	(277)	(9)	-	(8)
AGT Com. Var. de Equip. e Mat. de Construção Ltda.	33,34%	12.000	669	-	669	18.350	2.830	21.180	(20.511)	-	-	-	-	-
Alumpe Com. Var. de Equip. e Mat. de Construção Ltda.	50,00%	12.000	9	-	9	2.568	-	2.568	(2.559)	-	-	-	-	-
Green Luce Soluções Energéticas S.A.	50,98%	5.098	1.288	2.377	3.665	2.373	2.313	4.686	(1.021)	-	(43)	(43)	(22)	-
Saldos em 31/12/2017			86.229	92.751	178.980	176.695	15.458	192.153	(13.173)	265.043	(324.553)	(59.510)	(22)	(36.720)

ALUMINI ENGENHARIA S.A. (“ EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ”)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Investimentos

Movimentação dos saldos (Controladora)

	Saldos em 31/12/2016	Ajuste de moeda estrangeira	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31/12/2017
Movimentação dos investimentos				
Alumini Ingenieria Ltda. (Chile)	56.971	2.660	(37.530)	22.101
Alusa Ingenieria de Centroamerica S.A.	10.654	160		10.814
Alusa Ingenieria Ltda Sucursal Argentina	2.193	(397)	822	2.618
Alusa Ing. Ltda (Argentina)	26	(5)	(8)	13
Industria Naval de Pernambuco S.A.	1	-	-	1
Obras Civiles Andinas S.A. (Argentina)	60	(7)	(4)	49
Total	<u>69.905</u>	<u>2.411</u>	<u>(36.720)</u>	<u>35.596</u>

Movimentação dos saldos (Consolidado)

	Saldos em 31/12/2016	Ajuste de moeda estrangeira	Equivalência Patrimonial	Saldos em 30/12/2017
Movimentação dos investimentos				
Indústria Naval de pernambuco S.A.	1	-	-	1
Obras Civiles Andinas S.A. (Argentina)	60	(7)	(4)	49
Total	<u>61</u>	<u>(7)</u>	<u>(4)</u>	<u>50</u>

c) Provisão para perda de investimento

Movimentação dos saldos (Controladora)

	Saldos em 31/12/2016	Provisão para perda de investimento	Saldos em 31/12/2017
Movimentação dos investimentos			
Alumpe Com Var. de Equip. e Mat. De Constr. Ltda	(1.280)	-	(1.280)
AGT Com. Var. de Equip. E Mat. De Constr. Ltda	(6.838)	-	(6.838)
Green Luce Soluções Energéticas S.A.	(682)	(22)	(704)
Total	<u>(8.800)</u>	<u>(22)</u>	<u>(8.822)</u>

Movimentação dos saldos (Consolidado)

	Saldos em 31/12/2016	Provisão para perda de investimento	Ajuste de moeda estrangeira	Saldos em 31/12/2017
Movimentação dos investimentos				
Alumpe Com. Var. de Equip. e Mat. De Constr. Ltda	(1.280)	-	-	(1.280)
AGT Com. Var. de Equip. e Mat. De Constr. Ltda	(6.838)	-	-	(6.838)
Green Luce Soluções Energéticas S.A.	(682)	(22)	-	(704)
Total	<u>(8.800)</u>	<u>(22)</u>	<u>-</u>	<u>(8.822)</u>

ALUMINI ENGENHARIA S.A. (" EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ")

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
(controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

Composição dos ativos imobilizados (Controladora)

	31/12/2017			31/12/2016	
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	2.102	-	2.102	2.102
Máquinas e equipamentos e instalações industriais	10-30	101.023	(47.457)	53.566	61.834
Guindastes e equipamentos de transporte	10	1.981	(1.904)	77	77
Veículos	5-25	39.975	(23.286)	16.689	17.616
Móveis e Utensílios	10	6.512	(2.974)	3.538	3.765
Computadores e periféricos	20	8.683	(6.959)	1.724	873
Equipamentos de comunicação	10	1.222	(959)	263	317
Ferramentas	10	5.744	(3.163)	2.581	3.342
		<u>167.242</u>	<u>(86.702)</u>	<u>80.540</u>	<u>89.926</u>

Movimentação do custo (Controladora)

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Alienações	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	2.102	-	-	2.102
Máquinas e equipamentos e instalações industriais	103.311	3.741	(6.029)	101.023
Guindastes e equipamentos de transporte	1.981	-	-	1.981
Veículos	41.541	65	(1.631)	39.975
Móveis e Utensílios	6.125	411	(24)	6.512
Computadores e periféricos	9.202	205	(724)	8.683
Equipamentos de comunicação	1.219	3	-	1.222
Ferramentas	4.642	1.102	-	5.744
	<u>170.123</u>	<u>5.527</u>	<u>(8.408)</u>	<u>167.242</u>

Movimentação da depreciação (Controladora)

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Alienações	Saldo em 31/12/2017
Máquinas e equipamentos e instalações industriais	(41.477)	(10.221)	4.241	(47.457)
Guindastes e equipamentos de transporte	(1.904)	-	-	(1.904)
Veículos	(23.925)	(992)	1.631	(23.286)
Móveis e Utensílios	(2.360)	(623)	9	(2.974)
Computadores e periféricos	(7.329)	(354)	724	(6.959)
Equipamentos de comunicação	(902)	(57)	-	(959)
Ferramentas	(2.300)	(863)	-	(3.163)
	<u>(80.197)</u>	<u>(13.110)</u>	<u>6.605</u>	<u>(86.702)</u>

ALUMINI ENGENHARIA S.A. (" EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ")

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
(controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição dos ativos imobilizados (Consolidado)

	31/12/2017			31/12/2016	
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	2.102	-	2.102	2.102
Edificações	4	5.176	(248)	4.928	4.541
Máquinas e equipamentos e instalações industriais	10-30	150.337	(64.552)	85.784	98.363
Guindastes e equipamentos de transporte	10	1.981	(1.904)	77	77
Veículos	5-25	56.619	(34.403)	22.215	24.722
Móveis e Utensílios	10	6.993	(3.331)	3.662	3.916
Computadores e periféricos	20	9.824	(7.841)	1.982	2.245
Equipamentos de comunicação	10	1.627	(1.294)	333	417
Ferramentas	10	7.844	(5.133)	2.712	2.609
		<u>242.503</u>	<u>(118.707)</u>	<u>123.796</u>	<u>138.992</u>

Movimentação do custo (Consolidado)

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Alienações	Efeito das variações das taxas de câmbio	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	2.102	-	-	-	2.102
Edificações	4.670	-	0	506	5.176
Máquinas e equipamentos e instalações industriais	149.953	3.806	(8.364)	4.942	150.337
Guindastes e equipamentos de transporte	1.981	-	-	-	1.981
Veículos	58.446	65	(3.724)	1.831	56.619
Móveis e Utensílios	6.564	411	(24)	42	6.993
Computadores e periféricos	10.214	215	(724)	119	9.824
Equipamentos de comunicação	1.585	3	(0)	40	1.627
Ferramentas	6.529	1.125	(0)	191	7.844
	<u>242.044</u>	<u>5.625</u>	<u>(12.836)</u>	<u>7.670</u>	<u>242.503</u>

Movimentação da depreciação (Consolidado)

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Alienações	Efeito das variações das taxas de câmbio	Saldo em 31/12/2017
Edificações	(129)	(105)	-	(14)	(248)
Máquinas e equipamentos e instalações industriais	(51.590)	(16.198)	4.241	(1.005)	(64.552)
Guindastes e equipamentos de transporte	(1.904)	-	-	-	(1.904)
Veículos	(33.724)	(1.249)	1.631	(1.061)	(34.403)
Móveis e Utensílios	(2.648)	(667)	9	(26)	(3.331)
Computadores e periféricos	(7.969)	(518)	724	(78)	(7.841)
Equipamentos de comunicação	(1.169)	(96)	-	(29)	(1.294)
Ferramentas	(3.919)	(1.051)	-	(163)	(5.133)
	<u>(103.052)</u>	<u>(19.884)</u>	<u>6.605</u>	<u>(2.376)</u>	<u>(118.707)</u>

ALUMINI ENGENHARIA S.A. ("EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL")

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos

Controladora

CONTROLADORA

Ativo Não Circulante	Vencimento	Indexador	Juros	31/12/2017	31/12/2016
Capital de Giro	2014 - 2020	CDI	CDI + 0,1652% a 1% a.m.	119.804	59.375
Finame	2009 - 2019	Spread	4,5% a 13,5% a.a.	6.492	7.341
Arrendamento mercantil	2009 - 2018	Pré-fixado	0,6649% a.m. a 7,16% a.a.	4.503	4.333
Total				130.799	71.049
(-) Parcelas vincendas no curto prazo				(21.095)	(27.601)
Parcelas vincendas no longo prazo				109.704	43.448
				-	-
2019 a 2020				109.704	43.448

Consolidado

CONSOLIDADO

Ativo Não Circulante	Vencimento	Indexador	Juros	31/12/2017	31/12/2016
Capital de Giro	2014 - 2020	CDI	CDI + 0,1652% a 1% a.m.	124.140	61.204
Finame	2009 - 2019	Spread	4,5% a 13,5% a.a.	6.492	7.341
Arrendamento mercantil	2009 - 2018	Pré-fixado	0,6649% a.m. a 7,16% a.a.	7.560	16.623
Factoring	2015 - 2016	-	0,80% a.m.	93	12.702
Total				138.285	97.870
(-) Parcelas vincendas no curto prazo				(28.373)	(53.569)
Parcelas vincendas no longo prazo				109.912	44.301
				-	-
2018 a 2020				109.912	44.301

Os contratos de empréstimos, leasing e finame não possuem cláusulas restritivas.

Em 21 de novembro de 2016, a Companhia adquiriu um empréstimo junto à Construtora Barbosa Mello S.A. ("Credor"), o valor de R\$ 9.745 e seus acréscimos decorrentes da incidência de juros e correção monetária desde dezembro de 2014 através de IGP-M/FGV, portanto o saldo atualizado é de R\$ 11.439 com carência de 180 dias. A Companhia pagará ao Mutuante em 20 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis todo dia 10 (dez) de cada mês.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 1º de dezembro de 2016, a Companhia adquiriu um DIP Financing no montante de R\$ 23.300 junto à OPUS Gestão de Recursos Ltda (“Credor”), liberado da seguinte forma: R\$ 20.856, vinculadas à conta judicial relativa à reclamação trabalhista em curso perante a 1ª Vara do trabalho de Ipojuca - Pernambuco, Sindicato dos trabalhadores nas indústrias da construção de estradas, pavimentação e obras de terraplanagem em geral no Estado de Pernambuco - SINTEPAV-PE (“Reclamante”), R\$ 2.000 na conta bancária da Companhia para pagamento de outros créditos de natureza trabalhista e R\$ 444 para o pagamento de IOF - Imposto sobre Operações Financeiras.

Em 09 de dezembro de 2016, a Companhia através do 1º aditamento ao contrato do DIP Financing, adquiriu um complemento no montante de R\$ 11.360, liberado da seguinte forma: R\$ 11.150 para quitação do passivo trabalhista e R\$ 210 para o pagamento de IOF - Imposto sobre Operações Financeiras.

Em 14 de fevereiro de 2017, a Companhia através do 2º aditamento ao contrato do DIP Financing, adquiriu um complemento no montante de R\$ 8.680, liberado da seguinte forma: R\$ 8.517 para quitação do passivo trabalhista e R\$ 163 para o pagamento de IOF - Imposto sobre Operações Financeiras.

Em 18 de abril de 2017, a Companhia através do 3º aditamento ao contrato do DIP Financing, adquiriu um complemento no montante de R\$ 3.000, liberado da seguinte forma: R\$ 2.944 para quitação do passivo trabalhista e R\$ 56 para o pagamento de IOF - Imposto sobre Operações Financeiras.

Em 19 de maio de 2017, a Companhia através do 4º aditamento ao contrato do DIP Financing, adquiriu um complemento no montante de R\$ 3.567, liberado da seguinte forma: R\$ 3.500 para quitação do passivo trabalhista e R\$ 67 para o pagamento de IOF - Imposto sobre Operações Financeiras.

Em 02 de junho de 2017, a Companhia adquiriu um DIP Financing no montante de R\$ 2.886 junto à Creditum Participações e Fomento Ltda (“Credor”), liberado para cumprimento das obrigações previstas no item (c) do segundo parágrafo da cláusula 6 do Plano de Recuperação Judicial em curso.

Em 11 de agosto de 2017, a Companhia adquiriu um DIP Financing no montante de R\$ 11.000 junto à Money Plus (“Credor”), liberado da seguinte forma: R\$ 11.000 transferidos para a conta da empresa de BPO que realizará os pagamentos em favor da Companhia.

Em 02 de outubro, a Companhia adquiriu um DIP Financing no montante de R\$ 5.500 junto à Money Plus (“Credor”), liberado da seguinte forma: R\$ 5.500 transferidos para a conta da empresa de BPO que realizará os pagamentos em favor da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 26 de outubro, a Companhia adquiriu um DIP Financing no montante de R\$ 5.500 junto à Money Plus ("Credor"), liberado da seguinte forma: R\$ 5.500 transferidos para a conta da empresa de BPO que realizará os pagamentos em favor da Companhia.

Em 05 de dezembro, a Companhia adquiriu um DIP Financing no montante de R\$ 11.000 junto à Money Plus ("Credor"), liberado da seguinte forma: R\$ 11.000 transferidos para a conta da empresa de BPO que realizará os pagamentos em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, as garantias totalizavam R\$ 485.171 referentes aos pleitos reivindicados junto a Petrobrás classificados a curto prazo.

12. Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Banco do Brasil S.A.	183.269	183.269	183.269	183.269
Banco Santander	113.195	113.195	113.195	113.195
Banco J.P. Morgan	43.122	43.122	43.122	43.122
Guarupart Participações	64.683	64.683	64.683	64.683
Banco Pine	26.951	26.951	26.951	26.951
Comissão com colocação das debêntures	(2.770)	(2.770)	(2.770)	(2.770)
	<u>428.450</u>	<u>428.450</u>	<u>428.450</u>	<u>428.450</u>
Circulante	-	7.740	-	7.740
Não Circulante	428.450	420.710	428.450	420.710

Em 5 de agosto de 2014 foi realizado pela Companhia o Instrumento particular de contrato de coordenação, colocação e distribuição pública, com esforços restritos, sob o regime de garantia firme e melhores esforços de colocação, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia, em série única, da segunda emissão da Alumini. Em 31 de dezembro de 2017 as debêntures (controladora e consolidado) são compostos por:

Movimentação das debêntures (Consolidado)

	31/12/2017
Valor Original	378.468
Juros incorridos (ago 14 a dez 15)	52.752
Comissão de colocação das debêntures	(2.770)
	<u>428.450</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Escritura foi firmada com base nas Assembleias Gerais Extraordinárias de Acionistas da Alumini realizadas em 25 de julho de 2014, na qual foi deliberada as condições da emissão ("AGE"), conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada "Lei das Sociedades por Ações").

As Debêntures possuem os seguintes termos e condições:

- Emissão de até 40.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 10, perfazendo o montante total de R\$ 400.000, na data de emissão;
- Para todos os fins e efeitos legais a data de emissão das debêntures será o dia 5 de agosto de 2014;
- As debêntures serão emitidas em série única;
- As debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, todas nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados;
- Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das debêntures, as quais serão indicadas na escritura de emissão, as debêntures terão prazo de vencimento de 3 (três) anos contados da data da sua emissão, vencendo-se, portanto, em 5 de agosto de 2017;
- O valor nominal unitário das debêntures não será atualizado ou corrigido por qualquer índice ou taxa. As debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros, denominadas "Taxa DI over extragrupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread ou sobretaxa de 4,10% ao ano;
- As debêntures e as obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da oferta estão garantidos por meio de: (i) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da investida Alumini; (ii) cessão fiduciária da totalidade ou parte dos direitos creditórios, existentes ou futuros da Alumini em decorrência dos Contratos em Garantia, observado que a cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes do Contrato Cafor e do Contrato HCC/Comperj; (iii) cessão fiduciária da totalidade da Alumini relacionados às Contas Vinculadas; e (iv) todos os rendimentos e produtos resultantes de cada um dos direitos mencionados, incluindo juros, dividendos, prêmios, bônus, multas indenizações e outras rendas da Alumini.

Os recursos captados por meio da oferta fazem parte de planejamento financeiro da Companhia, que foram utilizados para liquidação de contratos que representavam dívidas de curto prazo, com o alongamento da dívida com custos menores, aliviando o impacto no fluxo de caixa e reforçando capital de giro da Companhia e suas controladas. Vale ressaltar, que inclusive a primeira emissão das debêntures foi quitada no momento da segunda emissão das debêntures.

ALUMINI ENGENHARIA S.A. (" EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ")

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração deixou de provisionar juros, a partir de 2016, sobre a 2ª escritura de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitida em 28 de julho de 2014, em decorrência do processo de recuperação judicial da investida Alumini, em trâmite perante a 2ª vara de falências e recuperações judiciais de São Paulo, Processo nº 1002851-64.2015.8.26.0100, Impugnação de Crédito nº 0022578-76.2015.8.26.0100 e AI nº 2102966-51.2016.8.26.0000, processos nos quais se discutem entre outras questões, a validade das garantias fiduciárias e a inclusão dos debenturistas no concurso de credores, com aplicação de todas as condições do plano de recuperação judicial, inclusive "haircut". Diante deste cenário, a Administração entende que o cômputo de juros não reflete a realidade dos fatos.

13. Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores	51.287	40.371	114.779	104.931
Partes Relacionadas (Nota 6)	31.059	29.048	4.782	202
Outras contas a pagar - consorciadas	8.100	101	8.100	101
Provisão de Fee	29.000	29.000	29.000	29.000
Provisão de Gastos - Obras	-	-	16.106	-
Contas a pagar - fornecedores	8.229	5.203	16.666	5.203
	<u>127.675</u>	<u>103.723</u>	<u>189.433</u>	<u>139.437</u>
Circulante	67.594	45.654	155.629	110.214
Não Circulante	60.081	58.069	33.804	29.223

A Companhia e suas controladas avaliaram o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e concluiu que não há valores para ajuste nas demonstrações financeiras.

14. Salários, férias e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Salários	13.421	25.152	16.721	31.631
Encargos sobre folha de pagamento	150.532	144.344	150.532	144.344
Provisão de férias e 13º salário	1.863	3.432	4.805	3.432
	<u>165.816</u>	<u>172.928</u>	<u>172.058</u>	<u>179.407</u>

ALUMINI ENGENHARIA S.A. (“ EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ”)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Credores em recuperação judicial

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Credores trabalhistas - classe I	33.105	56.714	33.105	56.714
Credores fornecedores - classe III	293.344	293.344	293.344	293.344
Credores bancos - classe III	82.336	82.336	82.336	82.336
Credores adiantamento de clientes - classe III	45.545	45.545	45.545	45.545
Credores Fornecedores - classe IV	27.088	27.088	27.088	27.088
	<u>481.418</u>	<u>505.027</u>	<u>481.418</u>	<u>505.027</u>
Circulante	33.105	56.714	33.105	56.714
Não Circulante	448.313	448.313	448.313	448.313

Movimentação da aprovação dos credores em recuperação judicial

	Controladora e Consolidado			
	Valor Homologado	(-) Deságio de 30%	Pagamento	Valor Líquido
Credores trabalhistas - classe I	96.447	-	(63.342)	33.105
Credores fornecedores - classe III	419.062	(125.718)	-	293.344
Credores bancos - classe III	117.623	(35.287)	-	82.336
Credores adiantamento de clientes - classe III	65.064	(19.519)	-	45.545
Credores Fornecedores - classe IV	38.697	(11.609)	-	27.088
	<u>736.893</u>	<u>(192.133)</u>	<u>(63.342)</u>	<u>481.418</u>

Credores trabalhistas - classe I

Em garantia do fiel e cabal cumprimento das obrigações decorrentes do DIP Financing, após a quitação do saldo remanescente do acordo Ipojuca, a Companhia cede fiduciariamente ao Credor o montante correspondente aos primeiros R\$ 80.000 dos direitos creditórios presentes e futuros decorrentes da Arbitragem. Como a cessão fiduciária não abrange a integralidade dos créditos da Arbitragem, a Companhia declara e garante que, cumprida a determinação do acordo Ipojuca, o montante mencionado acima destes direitos creditórios estão agora cedidos fiduciariamente em garantia ao Credor, que terá prioridade no recebimento dos direitos creditórios em relação à qualquer outro credor, limitado ao valor da garantia.

Em 29 de novembro de 2016 a Companhia firmou junto ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Pavimentação e Obras Terraplanagem em Geral no Estado de Pernambuco a alteração do prazo de pagamento para a Classe I, sendo que:

- A Companhia quitou o montante de R\$ 32.094, correspondente 33,28%;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- A Companhia irá pagar o montante de R\$ 32.094 em 18 parcelas mensais, tendo a primeira com vencimento no dia 20 de janeiro de 2017;
- O saldo de R\$ 32.259, correspondente 33,45%, será pago com o recebimento dos Pleitos reivindicados à Petrobrás.

Credores - classe II

A Companhia não reconhece a existência de credores com garantia real na data do pedido de recuperação judicial. Caso surja no decorrer do processo de recuperação judicial algum credor dessa classe, o mesmo se sujeitará à mesma proposta de pagamento oferecida às classes III e IV.

Credores - classes III e IV

Não haverá diferenciação nas propostas para classes III e IV. Nestas classes consideramos os credores realizados por fornecedores de serviços e materiais, bancos e adiantamentos de clientes.

Os credores das classes III e IV terão um deságio de 30% sobre o valor total dos seus créditos, sendo certo que o seu crédito será pago em 144 meses após a homologação do plano de recuperação judicial.

Os créditos dos credores das classes III e IV serão corrigidos pela TR, acrescidos de juros remuneratórios de 1% ao ano. Os juros remuneratórios e a correção monetária incidirão anualmente a partir do 19º mês a partir da publicação da homologação do plano de recuperação judicial.

O pagamento dos juros e da correção monetária será feito em parcelas semestrais, vencendo-se a primeira parcela ao final do 19º mês após a publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.

O pagamento do valor principal da dívida, após a aplicação do deságio, será realizado a partir do 49º mês, a contar da publicação da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial.

Abaixo, segue o quadro demonstrativo dos percentuais do valor principal da dívida e dos encargos que serão pagos semestralmente.

<u>Período (mês)</u>	<u>Correção e juros</u>	<u>Principal</u>
0 - 18º	Período de Carência	Período de Carência
19º - 48º	TR + 1% a.a.	Carência
49º - 97º	TR + 1% a.a.	14º do valor pago em parcelas iguais
98º - 144º	TR + 1% a.a.	56% do valor pago em parcelas iguais
	Total	70% do crédito

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Parcelamento de impostos

Em 2017, a Companhia aderiu a parcelamentos:

- Municipal, junto a Prefeitura de São Paulo, sendo ele: PPI (Programa de Parcelamento);
- Federal, junto a Receita Federal do Brasil, sendo ele: PERT (Programa Especial de Regularização Tributária).

Em 2017, a Companhia teve saldos de Parcelamento de Tributos Federais reclassificados para os referidos Tributos a Recolher.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Parcelamento de ISS	4.376	2.575	4.376	2.575
Parcelamento de ICMS	375	375	375	375
Parcelamento - Consórcio SNOX	35	229	35	229
Parcelamento - Consórcio RLAM	3.239	3.238	3.239	3.238
Parcelamento - Consórcio Alumpe	1	1	1	1
Parcelamento - Consórcio Enxofre	570	570	570	570
Parcelamento - Consórcio ETEL		31		31
	<u>8.596</u>	<u>7.019</u>	<u>8.596</u>	<u>7.019</u>
Circulante	561	532	561	532
Não Circulante	8.035	6.487	8.035	6.487

17. Provisão para contingências

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

ALUMINI ENGENHARIA S.A. (" EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ")

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
(controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Cível	-	4.514	18	4.591
Trabalhista	51.794	58.337	51.794	58.337
Tributária	20.068	405	20.068	405
	<u>71.862</u>	<u>63.256</u>	<u>71.880</u>	<u>63.333</u>

a) Cível

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	4.514	2.698	4.591	2.855
Adições	-	1.816	-	1.816
Reversões/(baixas)	(4.514)		(4.573)	(80)
Saldo Final	<u>-</u>	<u>4.514</u>	<u>18</u>	<u>4.591</u>

b) Trabalhista

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	58.337	31.650	58.337	31.650
Adições	441	28.254	441	28.254
Reversões/(baixas)	(6.984)	(1.567)	(6.984)	(1.567)
Saldo Final	<u>51.794</u>	<u>58.337</u>	<u>51.794</u>	<u>58.337</u>

c) Tributária

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	405	159	405	159
Adições	19.663	246	19.663	246
Reversões/(baixas)	-	-	-	-
Saldo Final	<u>20.068</u>	<u>405</u>	<u>20.068</u>	<u>405</u>

ALUMINI ENGENHARIA S.A. (" EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ")

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido

a) Capital

O capital social em 31 de dezembro de 2017, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 204.966.000 ações nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. A composição societária é a seguinte:

	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias	Total de Ações
Quaatro Participações S.A.	102.482.999	102.483.000	204.965.999
José Lázaro Alves Rodrigues	1	-	1
	<u>102.483.000</u>	<u>102.483.000</u>	<u>204.966.000</u>

b) Reserva de lucros

▪ Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

▪ Retenção de lucros

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas.

19. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Serviços prestados	<u>125.272</u>	<u>213.469</u>	<u>415.843</u>	<u>570.931</u>
Receita operacional bruta	<u>125.272</u>	<u>213.469</u>	<u>415.843</u>	<u>570.931</u>
Imposto sobre receita de serviços prestados e vendas de mercadorias	<u>(9.114)</u>	<u>(17.987)</u>	<u>(9.114)</u>	<u>(17.987)</u>
Deduções	<u>(9.114)</u>	<u>(17.987)</u>	<u>(9.114)</u>	<u>(17.987)</u>
Receita operacional líquida	<u>116.158</u>	<u>195.482</u>	<u>406.729</u>	<u>552.944</u>

ALUMINI ENGENHARIA S.A. (“ EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ”)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
(controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com pessoal	(18.795)	(14.771)	(25.758)	(32.431)
Despesas administrativas	(26.842)	(32.539)	(41.086)	(35.216)
Honorários da administração	(1.965)	(2.940)	(1.965)	(2.986)
	<u>(47.602)</u>	<u>(50.250)</u>	<u>(68.809)</u>	<u>(70.633)</u>

21. Outras receitas e despesas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Alienação de Investimento - Imobilizado	3.598	1.422	3.598	1.422
Provisões não dedutíveis	(30.746)	(6.531)	(30.746)	(6.531)
Multa e Impostos não dedutíveis	(73.802)	-	(73.802)	-
Outras receitas e despesas operacionais	23.424	(38.585)	28.266	(37.544)
	<u>(77.526)</u>	<u>(43.694)</u>	<u>(72.684)</u>	<u>(42.653)</u>

22. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita Financeira				
Juros sobre mútuo	195	184	-	184
Varição cambial	3.268	10.270	88	8.187
Atualização monetária	-	-	-	3.602
Descontos obtidos	799	65	809	65
Juros sobre aplicações financeiras	15	7	397	360
Juros ativos	1.847	3.602	1.344	1.883
	<u>6.124</u>	<u>14.128</u>	<u>2.638</u>	<u>14.281</u>
Despesa Financeira				
Juros sobre empréstimos	(10.128)	(2.743)	(12.299)	(4.986)
Juros sobre leasing e finame	(19)	(368)	(311)	(1.291)
Juros sobre mútuo	(1.278)	(1.084)	(1.073)	(911)
Juros sobre parcelamento	(3.147)	(21.605)	(3.147)	(21.605)
Varição cambial	(3.505)	(6.371)	(3.329)	(6.963)
Despesas bancárias	(2.055)	(1.816)	(2.817)	(4.282)
Encargos financeiros	(496)	-	(4.512)	(591)
Juros passivo	-	(450)	-	-
Juros sobre Plano Recuperação Judicial	(153)	-	(153)	-
Amortização de comissão de Debêntures	-	(2.374)	-	(2.374)
	<u>(20.781)</u>	<u>(36.811)</u>	<u>(27.641)</u>	<u>(43.003)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(14.657)</u>	<u>(22.683)</u>	<u>(25.003)</u>	<u>(28.722)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalente de caixa	428	591	3.204	4.142
Aplicações Financeiras	5.843	7	6.928	935
Partes relacionadas	18.740	28.156	20.511	51.224
Contas a receber de clientes e outros créditos	1.582.976	1.553.066	1.642.910	1.623.881
	<u>1.607.987</u>	<u>1.581.820</u>	<u>1.673.553</u>	<u>1.680.182</u>
Passivo				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	130.799	71.049	138.285	97.870
Debêntures	428.450	428.450	428.450	428.450
Partes relacionadas	31.059	29.048	4.782	202
Fornecedores e outras contas a pagar	127.675	103.723	189.433	139.437
Cretores em recuperação judicial - classe III e IV	448.313	448.313	448.313	448.313
	<u>1.166.296</u>	<u>1.080.583</u>	<u>1.209.263</u>	<u>1.114.272</u>
	<u>2.774.283</u>	<u>2.662.403</u>	<u>2.882.816</u>	<u>2.794.454</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Valor juelecesto

Para os ativos financeiros sem mercado ativo, a Administração estabuiu o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de swap que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

b.1 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial.

b.2 Instrumentos financeiros “ não derivativos ”

Todos os instrumentos financeiros “ não derivativos ” (incluindo aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Debêntures, empréstimos e financiamentos - São passivos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “ não derivativos ” obtidos através da metodologia acima, coincidem com o saldo contábil nos respectivos períodos (com exceção das Debentures).

c) Operações com derivativos

A Companhia e suas controladas não efetuaram aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer operações de “ swap ”, “ hedge ” ou similares.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes.

A Companhia e suas controladas utilizam, na gestão de riscos de crédito, parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos do mercado em que atua.

A carteira de crédito comercial da Companhia e suas controladas é bastante diversificada, atualmente os recebíveis da Companhia são dos setores de Mineração, Geração e Transmissão de Energia, Óleo e Gás, principalmente com a Petrobrás - Petróleo Brasileira S/A, que é considerada a Major no mercado petrolífero.

A exposição máxima ao risco de crédito de contas a receber é representada pela rubrica de perda estimada de crédito e liquidação duvidosa, que em 31 de dezembro de 2017, era de R\$ 20.827, representando 1,28% do saldo de contas a receber (consolidado) em aberto. Em 31 de dezembro de 2015, esta provisão era de R\$ 5.429, equivalente a 0,35%.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

e) Exposição a riscos de crédito

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e Equivalente de Caixa	6.271	598	10.132	5.077
Caixa	29	115	266	153
Bancos	399	476	2.938	3.989
Aplicações financeiras	5.843	7	6.928	935
Recebíveis	1.601.716	1.581.222	1.663.421	1.675.105
Contas a receber de clientes	1.601.716	1.581.222	1.663.421	1.675.105
	<u>1.607.987</u>	<u>1.581.820</u>	<u>1.673.553</u>	<u>1.680.182</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia e suas controladas é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

A Companhia e suas controladas financia o capital de giro assumindo dívidas de curto prazo, normalmente relacionados ao fluxo comercial.

Vide informações quantitativas e qualitativas na Nota nº 11, relacionada a Empréstimos e financiamentos.

g) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia e suas controladas incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

A Companhia e suas controladas mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Companhia.

h) Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e empréstimos (incluindo financiamentos e empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de endividamento em 31 dezembro de 2017 é de 333% (167% em 31 de dezembro de 2016) está assim demonstrado:

	31/12/2017	31/12/2016
Consolidado		
Dívida de financiamentos e empréstimos	566.735	526.320
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(10.132)	(5.077)
Dívida Líquida	<u>556.603</u>	<u>521.243</u>
Total do Patrimônio Líquido	<u>166.707</u>	<u>311.254</u>
	<u><u>723.310</u></u>	<u><u>832.497</u></u>

i) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

O grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

A Companhia e suas controladas estão exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos em debêntures a pagar.

ALUMINI ENGENHARIA S.A. (“ EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ”)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Instrumentos de taxa variável				
Ativos Financeiros				
Aplicações Financeiras	5.843	7	6.928	935
Instrumentos de taxa fixa				
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(130.799)	(71.049)	(138.285)	(97.870)
	<u>(124.956)</u>	<u>(71.042)</u>	<u>(131.357)</u>	<u>(96.935)</u>

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Controladora

	Exposição	Risco	Taxa de juros em 31/12/2017	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
I - Ativos Financeiros								
Aplicações Financeiras	5.843	Variação do CDI	14%	818	1.023	1.227	614	409
II - Passivos Financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(130.799)	Variação do CDI	14%	(18.312)	(22.890)	(27.468)	(13.734)	(9.156)
				<u>(17.494)</u>	<u>(21.867)</u>	<u>(26.241)</u>	<u>(13.120)</u>	<u>(8.747)</u>

ALUMINI ENGENHARIA S.A. (“ EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ”)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais
(controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

	Exposição	Risco	Taxa de juros em 31/12/2017	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	IV -50%
I - Ativos Financeiros								
Aplicações Financeiras	6.928	Variação do CDI	14%	970	1.212	1.455	727	485
II - Passivos Financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(138.285)	Variação do CDI	14%	(19.360)	(24.200)	(29.040)	(14.520)	(9.680)
				<u>(18.390)</u>	<u>(22.987)</u>	<u>(27.585)</u>	<u>(13.792)</u>	<u>(9.195)</u>

24. Eventos subsequentes

Em 07 de fevereiro de 2018, o Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, Doutor Marcelo Barbosa Sacramone, decretou o encerramento da Recuperação Judicial da Companhia protocolado em 15 de janeiro de 2015.